



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE NITERÓI



EDITAL SMF Nº 1/2023

Cargo: CONTADOR

CADERNO DE QUESTÕES - Objetivas

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Confira se constam do **Caderno de Questões**, de forma legível, **100 (cem)** questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
- Confira se no **Cartão de Respostas** recebido os seus dados estão corretos. Caso afirmativo, assine-o e transcreva a frase para o exame grafotécnico no campo apropriado. Leia atentamente as instruções para seu preenchimento. No caso de divergência, notifique imediatamente ao fiscal.
- Assinale no **Cartão de Respostas**, com **caneta de tinta azul ou preta**, apenas uma opção, caso contrário, será atribuída pontuação zero à questão da prova que contiver mais de uma resposta assinalada ou nenhuma resposta assinalada, emenda ou qualquer tipo de rasura.
- O tempo disponível para realizar esta prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de no mínimo, **uma hora e trinta minutos**, e de no máximo, **cinco horas**.
- O candidato só poderá portar sobre a mesa a caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**, não sendo permitido fazer uso de qualquer outro objeto para assinalar as respostas ou para efeito rascunho.
- O candidato poderá levar o seu **Caderno de Questões**, faltando **uma hora** para o término da prova, com a devida permissão da equipe de fiscalização.
- É de responsabilidade do candidato entregar ao fiscal de sala, o **Cartão de Respostas** devidamente assinado e com a frase para o exame grafotécnico contida na Capa do Caderno de Questões, transcrita no Campo apropriado. A não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- No caso de dúvida, solicite esclarecimento à equipe de aplicação.

BOA PROVA

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO
QUADRO "EXAME GRAFOTÉCNICO"**

A vida é uma contabilidade, uns com crédito outros com débito.

Augusto Hastenreiter

Questões Objetivas

– Módulo I

Língua Portuguesa

A força dos números

Otto Lara Resende

O bombardeio de números começa, mal rompe a manhã. Se é que cessa durante a noite, povoada de pesadelos. São dígitos, porcentagens e gráficos que estão por todo lado. Subiu a taxa de desemprego. Baixou por um momento o dólar no paralelo. Chegou à estratosfera o índice de inflação. A bolsa fechou em alta ou fechou em baixa, com números que entram pelos décimos. Subiu de um centésimo a cotação do ouro. Muito mais subiu o chuchu.

No seu livro sobre anjos, Rafael Albert tem um poema intitulado “El ángel de los números”¹. Para um poeta, tudo tem poesia. Também os números. Esse anjo de Albert voa pensativo do 1 ao 2, do 2 ao 3, do 3 ao 4. Escrito nos anos 20, tem um toque surrealista e escolar. *Adeja*² entre gizes frios e mortas lousas. Nem sol, nem lua, nem estrelas o acompanham. É *solo nieblas*³. Mensageiro de catástrofes, até parece um anjo deste ano da desgraça de 1991.

Darrel Huff abriu o caminho da fantasia com seu *How to Lie with Statistics*⁴. Comprometido com a exatidão, o número tem uma aura de verdade mesmo em cima de uma mentira. Qualquer disparate ganha ares de verossímil. Você lê, por exemplo, que 24,99% dos cariocas sofrem de araquibutirofobia. Trocando em miúdos, isto quer dizer que em cada quatro cidadãos do Rio um está araquibutirofóbico.

Na cidade de Surabaia já se contam 117.928 casos de araquibutirofobia, informa a OMS (Organização dos Mentirosos Sofisticados). No Rio, o vírus da doença é 3,19 vezes mais forte do que no Oriente. A pesquisa comprovou que o contágio acompanha aqui a

1 *El ángel de los números* (espanhol) = O anjo dos números

2 *Adejar* = agitar, mover.

3 *Solo nieblas* (espanhol) = apenas neblinas

4 *How to Lie with Statistics* (inglês) = Como mentir com as estatísticas.

curva de frequência analagmática. É o caos! Ou o Apocalipse cuja besta tem o número 666 (macaco no bicho). Ah, sim: araquibutirofobia? É o medo de que a manteiga de amendoim agarre no céu da boca. Começa de maneira imperceptível e leva o paciente ao pânico em poucas horas.

Disponível em: A força dos números | Crônicas | Portal da Crônica Brasileira (cronicabrasileira.org.br). Acesso em: 4 nov. 2023.

01 Na sintaxe da Língua Portuguesa, os termos da oração normalmente encontram-se na ordem direta, ou seja, Sujeito + Verbo + Complementos (SVC), o que não impede que outras sequências sejam utilizadas, dependendo do efeito pretendido pelo emissor da mensagem. Um exemplo em que a sequência dos termos dispõem-se de maneira diversa da ordem direta está na opção:

- (A) “A pesquisa comprovou que o contágio acompanha aqui a curva de frequência analagmática.”
- (B) “Darrel Huff abriu o caminho da fantasia com seu *How to Lie with Statistics*.”
- (C) “Subiu de um centésimo a cotação do ouro.”
- (D) “Esse anjo de Albert voa pensativo do 1 ao 2, do 2 ao 3, do 3 ao 4.”

02 Indique a figura de linguagem utilizada no trecho “Chegou à estratosfera o índice de inflação”.

- (A) Hipérbole
- (B) Metonímia
- (C) Antítese
- (D) Pleonasma

03 Na primeira linha do texto, encontra-se palavra “mal”, que, nesse contexto, é classificada gramaticalmente como

- (A) pronome indefinido.
- (B) substantivo.
- (C) advérbio de modo.
- (D) conjunção subordinativa adverbial temporal.

04 Marque a opção em que o processo de formação, nos parênteses, corresponde à palavra apresentada.

- (A) Estratosfera (composição).
- (B) Imperceptível (derivação parassintética).
- (C) Mensageiro (derivação por prefixação).
- (D) Desemprego (derivação por sufixação).

05 A palavra “pensativo”, na oração “Esse anjo de Albert voa pensativo do 1 ao 2, do 2 ao 3, do 3 ao 4”, exerce a função sintática de

- (A) objeto direto.
- (B) predicativo do sujeito.
- (C) adjunto adverbial de modo.
- (D) adjunto adnominal.

06 De acordo com informações contidas no texto “A força dos números”, o poema de Rafael Albert foi escrito

- (A) bem recentemente.
- (B) na década de 90 do século XX.
- (C) há cerca de um século.
- (D) durante o surto de araquibutirofobia.

07 O texto de Otto Lara Resende pertence ao gênero crônica,

- (A) que é um texto de caráter argumentativo, geralmente publicado em jornais e revistas.
- (B) cuja função é comunicar algum fato socialmente relevante, como um acontecimento político ou evento cultural.
- (C) no qual o autor expressa seu posicionamento frente a um assunto polêmico, com a intenção de causar impacto e de persuadir seus leitores.
- (D) que é uma narrativa escrita em linguagem coloquial, sendo centrada preferencialmente em pequenos conflitos do cotidiano.

08 O valor semântico da palavra “para” na frase “Para um poeta, tudo tem poesia” é o mesmo daquela sublinhada na seguinte frase:

- (A) Não se esqueça de devolver os livros para a biblioteca.
- (B) Ganhar dinheiro e poder, para muitos, é o que há de mais importante na vida.
- (C) Resolveu mudar para um lugar mais próximo ao trabalho.
- (D) Hoje, trataremos de algo muito importante para o futuro de vocês aqui na empresa.

09 Na área das figuras de linguagem, encontra-se uma antítese no seguinte trecho retirado do texto:

- (A) “Darrel Huff abriu o caminho da fantasia com seu *How to Lie with Statistics*.”
- (B) “É o medo de que a manteiga de amendoim agarre no céu da boca.”
- (C) “O bombardeio de números começa, mal rompe a manhã.”
- (D) “Comprometido com a exatidão, o número tem uma aura de verdade mesmo em cima de uma mentira.”

10 Os pronomes relativos têm como função a retomada de um termo que o antecede. Partindo dessa afirmação, marque a opção em que o “que” é classificado como pronome relativo.

- (A) “Você lê, por exemplo, que 24,99% dos cariocas sofrem de araquibutirofobia.”
- (B) “A pesquisa comprovou que o contágio acompanha aqui a curva de frequência analagmática.”
- (C) “São dígitos, porcentagens e gráficos que estão por todo lado.”
- (D) “Trocando em miúdos, isto quer dizer que em cada quatro cidadãos do Rio um está araquibutirofóbico.”

Administração Pública

11 Conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende

- (A) União e Estados, todos autônomos.
- (B) União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.
- (C) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, independentes e harmônicos entre si.
- (D) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, independentes e harmônicos entre si, por se tratarem de entes federativos.

12 Sendo o que dispõe na Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, a Administração Pública obedecerá aos seguintes princípios:

- (A) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança pública, interesse privado e eficiência.
- (B) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, segurança privada, interesse público e eficiência.
- (C) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (D) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, defesa limitada, contraditório, segurança indireta.

13 São deveres do administrado perante a Administração, segundo a Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999:

- (A) Expor os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa fé, agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (B) Expor os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa fé, agir de modo temerário, prestar apenas algumas das informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

(C) Expor os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, não agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar apenas para o esclarecimento de alguns fatos.

(D) Expor os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa fé, não agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

14 Segundo o que dispõe a Lei 8.429 de 2 de junho de 1999, ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário constitui:

(A) Somente ação culposa ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º da Lei 8.429 de 2 de junho de 1999.

(B) Ação dolosa ou omissão culposa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º da Lei 8.429 de 2 de junho de 1999.

(C) Qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º da Lei 8.429 de 2 de junho de 1999.

(D) Qualquer ação ou omissão, independente de dolo ou culpa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º da Lei 8.429 de 2 de junho de 1999.

15 Conforme estabelecido na Lei 8.429 de 2 de junho de 1999, NÃO se configura improbidade:

- (A) A ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (B) A ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (C) A ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou do Poder Executivo.
- (D) A ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou do Poder Legislativo.

16 Sobre os efeitos da contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, a Lei 8.429 de 2 de junho de 1999 estabelece:

- (A) Computar-se-á irretroativamente do intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) Computar-se-á retroativamente do intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (C) Computar-se-á cinco dias após a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) Computar-se-á o primeiro dia útil após a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.

17 Segundo a Lei 8.429 de 2 de junho de 1999, sobre a responsabilização da pessoa jurídica deverão ser considerados os efeitos:

- (A) Apenas econômicos das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (B) Econômicos e financeiros das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (C) Econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (D) Apenas sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.

Administração Financeira e Orçamentária

18 O(s) indicador(es) utilizado(s) para analisar a viabilidade econômica de um determinado projeto é(são) :

- (A) valor presente líquido e taxa interna de retorno
- (B) retorno sobre vendas
- (C) retorno sobre o ativo
- (D) demonstração do valor adicionado

19 Considerando-se uma receita de R\$ 1.350.000,00, um custo variável de R\$ 650.000,00, um custo fixo de R\$ 500.000,00 e Δ de 25%, o grau de alavancagem operacional é:

- (A) 2,99
- (B) 3,24
- (C) 4,12
- (D) 4,20

20 Uma determinada compra de ativo é efetuada mediante o pagamento de R\$ 2.200,00 no ato e mais três pagamentos no valor de R\$ 3.060,00 cada, vencíveis em 2, 3 e 5 meses. O valor da compra à vista é R\$ 11.000,00.

O custo efetivo mensal considerado no financiamento é:

- (A) 1,28
- (B) 1,90
- (C) 3,45
- (D) 2,45

21 Considerando-se um investimento de R\$ 250.000,00, com geração líquida de caixa no 1º ano igual a R\$ 110.000,00, no 2º ano igual a R\$ 110.000,00, no 3º ano igual a R\$ 240.000,00, no 4º ano igual a R\$ 180.000,00 e no 5º ano igual a R\$ 50.000,00, o retorno (*Payback* simples) será no

- (A) 1º Ano.
- (B) 2º Ano.
- (C) 3º Ano.
- (D) 4º Ano.

22 Considerando-se a taxa livre de risco igual a 1,87%, beta igual a 2,13 e prêmio de mercado igual a 7%, o custo do capital próprio de uma determinada empresa seria de:

- (A) 15,65%
- (B) 16,78%
- (C) 17,78%
- (D) 19,34%

23 Considere os seguintes dados:

Patrimônio Líquido = R\$ 100.000,00,
Exigível em Longo Prazo = R\$ 80.000,00,
Ativo Permanente = R\$ 120.000,00 e
Realizável a Curto Prazo = R\$ 20.000,00.
Nessas condições, o capital de giro é:

- (A) R\$ 38.000,00
- (B) R\$ 40.000,00
- (C) R\$ 51.000,00
- (D) R\$ 54.000,00

24 Considerando-se que em uma empresa a quantidade de produtos vendidos igual a 1.000, o preço de venda unitário igual a R\$ 13,50, o custo variável unitário igual a R\$ 6,25 e o custo fixo mensal igual a R\$ 500.000,00, o grau de alavancagem operacional dessa empresa é:

- (A) 3,22
- (B) 4,60
- (C) 5,67
- (D) 6,34

Matemática Financeira

25 Um capital foi aplicado em um investimento que paga juros simples de 2% ao mês.

Esse capital terá seu valor duplicado em:

- (A) 30 meses
- (B) 35 meses
- (C) 40 meses
- (D) 50 meses

26 Se uma pessoa necessitar de R\$ 100.000,00 daqui a 10 meses, hoje, ela deverá depositar, num fundo que remunera a taxa de juros simples de 12% a.a, a quantia mínima de:

- (A) R\$ 90.909,09
- (B) R\$ 93.506,79
- (C) R\$ 98.000,00
- (D) R\$ 94.703,21

27 Uma caderneta de poupança paga juros compostos anuais de 6% com rentabilidade mensal à base de 0,5%. A rentabilidade efetiva dessa aplicação financeira é de

- (A) 6,17% a.a.
- (B) 6,55% a.a.
- (C) 7,23% a.a.
- (D) 8,15% a.a.

28 Uma pessoa deve ao banco dois títulos com valores de resgate de R\$ 4.000,00 e R\$ 9.000,00 vencíveis, respectivamente, em 5 e 7 meses. Desejando-se antecipar a liquidação de toda a dívida para o momento atual (data zero), o valor a ser pago, considerando uma taxa de juros simples de 1,9% ao mês, é de:

- (A) R\$ 9.700,00
- (B) R\$ 10.250,00
- (C) R\$ 11.300,00
- (D) R\$ 12.000,00

29 Um capital de R\$ 40.000,00 foi aplicado num fundo de poupança por 11 meses, produzindo um rendimento financeiro de R\$ 9.680,00.

A taxa de juros simples oferecida nessa operação é de:

- (A) 2,2% ao mês
- (B) 3,1% ao mês
- (C) 3,5% ao mês
- (D) 4,1% ao mês

30 Se a taxa nominal de juros cobrada por uma instituição é de 24% a.a, admitindo-se que o período de capitalização dos juros seja mensal, o custo efetivo anual é de:

- (A) 26,83% a.a
- (B) 27,56% a.a
- (C) 28,13% a.a
- (D) 29,20% a.a

– Módulo II

Direito Constitucional

31 Segundo a Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) oferecer educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer.
- (B) zelar pelas políticas de crédito, câmbio e seguros.
- (C) zelar pelas diretrizes e bases da educação nacional.
- (D) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

32 A(s) competência(s) dos municípios estabelecida(s) pela Constituição Federal de 1988, estão descritas na opção:

- (A) Assistência jurídica e Defensoria Pública, proteção à infância e juventude
- (B) Serviço postal, trânsito e transporte
- (C) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental
- (D) Criação, funcionamento e processo do juizado especial de pequenas causas

33 Conforme o estabelecido no Diploma Constitucional de 1988, no que diz respeito aos limites do poder de tributar, é VEDADO à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- (A) somente aumentar tributos de produtos industrializados.
- (B) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- (C) cobrar tributos em exercício financeiro diverso do que foi publicada a lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) importar produtos estrangeiros.

34 Conforme estabelecido na Carta Magna de 1988, o Estado não intervirá em seus municípios, nem a União nos municípios localizados em Território Federal, EXCETO:

- (A) quando não forem prestadas contas na forma da lei.
- (B) para legislar sobre interesse local.
- (C) para manter a integridade nacional, por termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (D) para legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.

35 Conforme o estabelecido na Constituição Federal de 1988, o Poder Legislativo é exercido:

- (A) pelos Tribunais do Júri
- (B) por cidadãos comuns
- (C) pelo Congresso Nacional
- (D) pelas Forças Armadas

Direito Administrativo

36 Conforme o disposto na Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da:

- (A) legalidade, pessoalidade, celeridade, publicidade e eficiência.
- (B) segurança jurídica, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e igualdade.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

37 A Carta Magna dispõe que os atos de improbidade administrativa resultarão em:

- (A) perda da função pública, indisponibilidade dos bens, ressarcimento ao erário.
- (B) processo administrativo disciplinar, exoneração, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (C) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens, ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

(D) suspensão dos direitos políticos, exoneração, perda da função pública, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

38 Segundo a Lei nº 12.846 – Lei Anticorrupção –, no processo administrativo para apuração de responsabilidade,

- (A)** será concedido à pessoa jurídica o prazo de 30 dias para defesa, contados a partir da intimação.
- (B)** será concedido à pessoa jurídica o prazo de 10 dias para defesa, contados a partir da intimação.
- (C)** será concedido à pessoa jurídica o prazo de 15 dias para defesa, contados a partir da juntada ao processo administrativo, da intimação.
- (D)** não há previsão de prazo para defesa.

39 A Lei nº 12.846/2013 trata da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de:

- (A)** somente atos contra a administração pública nacional.
- (B)** somente atos contra agentes da administração pública.
- (C)** atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- (D)** atos contra particulares.

40 A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) estabeleceu as modalidades de licitação:

- (A)** Concorrência, tomada de preços, leilão, concurso.
- (B)** Pregão, concorrência, concurso, leilão, diálogo competitivo.
- (C)** Diálogo competitivo, tomada de preços, leilão, concurso.
- (D)** Pregão, convite, concurso, leilão, diálogo competitivo.

Noções Básicas de Direito Tributário

41 Segundo estabelece a Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário) são considerados tributos:

- (A)** Transação, competência, impostos.
- (B)** Taxas, prestação pecuniária, compensação.
- (C)** Impostos, taxas e Contribuições de melhoria.
- (D)** Contribuições de melhoria, impostos, remissão.

42 A Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário) define como sujeito ativo da obrigação tributária:

- (A)** Pessoa Jurídica de direito público ou privado com poder de polícia.
- (B)** Somente o poder executivo federal pode ser sujeito ativo de obrigação tributária.
- (C)** Pessoas comuns que tenham interesses na situação constituída pelo fato gerador.
- (D)** Pessoa Jurídica de direito público titular da competência para exigir seu cumprimento.

43 Segundo disposto na Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, sujeito passivo da obrigação principal é:

- (A)** Pessoa jurídica obrigada somente ao pagamento de tributo.
- (B)** Pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (C)** Pessoa obrigada somente ao pagamento de tributo.
- (D)** Pessoa jurídica obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

44 Marque a opção que descreve corretamente algumas das modalidades de extinção de crédito tributário – Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966:

- (A)** Pagamento, compensação, transação, remissão, prescrição, decadência, decisão judicial passada em julgado.
- (B)** Moratória, parcelamento, recurso de ofício.
- (C)** Parcelamento, concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (D)** Depósito de seu montante integral, parcelamento.

45 Segundo a Lei 2.597 de 30 de setembro de 2008 (Código tributário do Município de Niterói) que instituiu tributos, incidem Taxas sobre:

- (A) Licença ambiental, vistoria, coleta imobiliária de lixo, fiscalização e vigilância sanitária, autorização para exibição de publicidade, serviços diversos, serviços funerários.
- (B) Coleta imobiliária de lixo, fiscalização e vigilância sanitária, autorização para exibição de publicidade, serviços diversos, serviços funerários.
- (C) Fiscalização e vigilância sanitária, autorização para exibição de publicidade, serviços diversos, serviços funerários.
- (D) Atividade regulatória do Município, licença ambiental, vistoria, coleta imobiliária de lixo, fiscalização e vigilância sanitária, autorização para exibição de publicidade, serviços diversos, serviços funerários.

Legislação Específica

46 Segundo o que dispõe a Lei nº 3.793/2023, Classe é (são):

- (A) cargos de diferentes denominações e níveis.
- (B) o agrupamento de cargos de mesma denominação e nível diversos.
- (C) o agrupamento de níveis de mesma denominação e cargos diversos.
- (D) o agrupamento de categorias e cargos de denominações equivalentes.

47 A Lei nº 3.793/2023 instituiu algumas atribuições para o Contador, entre elas:

- (A) legislar sobre a matéria tributária
- (B) avaliar acervos patrimoniais e verificar haveres e obrigações para finalidades específicas
- (C) controlar a execução orçamentária sem avaliar o cumprimento de metas fiscais
- (D) elaborar notas técnicas e normas de procedimentos contábeis

48 O ingresso na carreira de Contador do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda, mediante concurso público de provas ou provas e títulos, dar-se-á no Nível:

- (A) 1 da classe A
- (B) intermediário
- (C) básico
- (D) 2 da classe A

49 Segundo a Lei nº 3.793/2023, entende-se por progressão funcional:

- (A) A passagem do Contador integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda do nível em que se encontra para o nível imediatamente superior, dentro da mesma classe da respectiva carreira, em razão da apuração do tempo de efetivo exercício na carreira, sem a obrigatoriedade de avaliação periódica de desempenho.
- (B) A passagem do Contador integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda do nível em que se encontra para o nível imediatamente superior, dentro da mesma classe da respectiva carreira, sem a obrigatoriedade da apuração do tempo de efetivo exercício na carreira e de avaliação periódica de desempenho.
- (C) A passagem do Contador integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda do nível em que se encontra para o nível imediatamente superior, dentro da mesma classe da respectiva carreira, em razão da apuração do tempo de efetivo exercício na carreira e de avaliação periódica de desempenho.
- (D) A passagem do Contador integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda do nível em que se encontra para o nível imediatamente superior, não exigindo que seja a mesma classe e mesma carreira, em razão da apuração do tempo de efetivo exercício na carreira e de avaliação periódica de desempenho.

50 São requisitos para a progressão funcional do servidor, conforme o estabelecido na Lei nº 3.793/2023:

- (A)** Encontrar-se em efetivo exercício, ter cumprido o interstício de dois anos de efetivo exercício no mesmo nível, ter recebido ao menos uma avaliação periódica de desempenho individual satisfatória desde a sua progressão anterior, nos termos das normas legais pertinentes.
- (B)** Encontrar-se em efetivo exercício, ter cumprido o interstício de um ano de efetivo exercício no mesmo nível, ter recebido ao menos uma avaliação periódica de desempenho individual satisfatória desde a sua progressão anterior, nos termos das normas legais pertinentes.
- (C)** Encontrar-se em efetivo exercício, ter cumprido o interstício de um ano de efetivo exercício no mesmo nível, ter recebido ao menos duas avaliações periódicas de desempenho individual satisfatória desde a sua progressão anterior, nos termos das normas legais pertinentes.
- (D)** Encontrar-se em efetivo exercício, ter cumprido o interstício de um ano de efetivo exercício no mesmo nível, nunca ter recebido avaliação periódica de desempenho individual insatisfatória desde a sua progressão anterior, nos termos das normas legais pertinentes.

– Módulo III

Contabilidade Geral

51 A NBC TG Estrutura Conceitual define que “as características qualitativas de informações financeiras úteis se aplicam a informações financeiras fornecidas nas demonstrações contábeis, bem como a informações financeiras fornecidas de outras formas” e classifica tais características qualitativas em fundamentais e de melhoria. Apresenta somente características qualitativas de melhoria a opção:

- (A)** Tempestividade, materialidade, capacidade de verificação e comparabilidade.
- (B)** Tempestividade, compreensibilidade, representação fidedigna e comparabilidade.
- (C)** Tempestividade, compreensibilidade, capacidade de verificação e comparabilidade.
- (D)** Tempestividade, compreensibilidade, capacidade de verificação e materialidade.

52 A NBC TG – Estrutura Conceitual afirma que “para ajudar os usuários das demonstrações contábeis a identificarem e avaliarem mudanças e tendências, as demonstrações contábeis também fornecem informações comparativas”. Para a realização dessa comparação, as demonstrações contábeis estabelecem qual deve ser o período dessa comparação.

O(s) período(s) estabelecido(s) na citada norma é(são):

- (A)** no máximo dois períodos de relatórios anteriores
- (B)** pelo menos dois períodos de relatórios anteriores
- (C)** no máximo um período de relatório anterior
- (D)** pelo menos um período de relatório anterior

53 De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, as informações sobre possíveis transações futuras e outros possíveis eventos futuros (informações prospectivas) são incluídas nas demonstrações contábeis se atenderem a determinados critérios. Sobre esse assunto, identifique a opção INCORRETA.

- (A) Referirem-se a ativos ou passivos da entidade que existiam durante ou no final do período de relatório, excluindo ativos ou passivos não reconhecidos.
- (B) Referirem-se a ativos ou passivos da entidade que existiam durante ou no final do período de relatório, incluindo ativos ou passivos não reconhecidos.
- (C) Referirem-se a patrimônio líquido que existia no final do período de relatório, ou durante o período de relatório.
- (D) Referirem-se a receitas ou a despesas do período de relatório.

54 As demonstrações contábeis devem fornecer informações sobre transações e outros eventos observados de determinado ponto de vista definido pela NBC TG Estrutura Conceitual. Dessa forma, o ponto de vista que orienta o fornecimento de informações deve ser

- (A) de determinado grupo específico de acionistas.
- (B) de potenciais credores por empréstimos.
- (C) da entidade que reporta como um todo.
- (D) de investidores existentes ou potenciais.

55 As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Além disso, elas proporcionam determinadas informações acerca da entidade. Assinale a opção que NÃO contém um dos segmentos elencados pela NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

- (A) Ativos e passivos
- (B) Valor adicionado
- (C) Patrimônio líquido
- (D) Receitas e despesas

56 No exercício social de 2021, uma entidade tinha um Ativo Total de \$ 18.000.000,00 e um Passivo Exigível de \$ 14.000.000,00. Ao final do exercício de 2022, verificou-se que o Ativo Total aumentou 10%, enquanto o Passivo Exigível aumentou 12%. Considerando-se os dados apresentados, conclui-se que:

- (A) o Patrimônio Líquido da entidade aumentou 11%.
- (B) o Passivo Exigível aumentou em valores mais que o Ativo Total.
- (C) o Passivo Exigível aumentou em valores menos que o Patrimônio Líquido.
- (D) o Patrimônio Líquido da entidade aumentou \$ 120.000,00.

57 A Lei nº 6.404/76 estabelece que, ao fim de cada exercício social, a diretoria deverá elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras: balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e demonstração do valor adicionado.

Com base na citada lei, analise as afirmativas sobre as demonstrações financeiras:

- I A demonstração do valor adicionado é obrigatória somente para as companhias abertas.
- II A companhia com patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00, na data do balanço, não será obrigada a elaborar e publicar a demonstração dos fluxos de caixa.
- III As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral.
- IV As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações de dois exercícios anteriores.
- V Nas demonstrações, as contas semelhantes não poderão ser agrupadas.

As afirmativas corretas são:

- (A) I e III
- (B) I e V
- (C) II e IV
- (D) III e V

58 Sobre o objetivo, a utilidade e as limitações do relatório financeiro para fins gerais descritos na NBC TG Estrutura Conceitual, analise se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas abaixo:

- () Relatórios financeiros para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.
- () A administração da entidade que reporta também está interessada em informações financeiras sobre a entidade. Contudo, a administração não precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela pode obter internamente as informações financeiras de que precisa.
- () Outras partes, como reguladores e o público em geral, que não são investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos.

A sequência correta de cima para baixo é:

- (A) F – F – F
- (B) V – V – V
- (C) V – F – F
- (D) F – V – V

59 De acordo com a NBC TG 03 (R3), a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Classifique as atividades abaixo em (O) operacionais, (I) de investimento e (F) de financiamento.

- () Recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços.
- () Pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo.
- () Recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura.
- () Caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais.

- () Recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo.
- () Pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade.

A sequência correta de cima para baixo é:

- (A) O – F – F – I – F – I
- (B) I – F – I – O – O – I
- (C) O – I – O – F – I – F
- (D) F – I – F – O – F – I

60 A demonstração dos fluxos de caixa pode ser apresentada por dois métodos: o direto e o indireto. Utilizando o método indireto e os dados abaixo, calcule o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Lucro Líquido do Exercício	\$ 150.000,00
Receita de Equivalência Patrimonial	\$ 40.000,00
Despesas de Depreciação	\$ 30.000,00
Aumento em Contas a Pagar/Fornecedores	\$ 10.000,00
Saldo Inicial de Estoques	\$ 70.000,00
Saldo Final de Estoques	\$ 50.000,00
Saldo Inicial de Recebíveis de Clientes	\$ 55.000,00
Saldo Final de Recebíveis de Clientes	\$ 35.000,00

O valor do caixa gerado pelas operações foi de:

- (A) \$ 120.000,00
- (B) \$ 150.000,00
- (C) \$ 190.000,00
- (D) \$ 230.000,00

61 Segundo a Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, o estatuto das companhias poderá criar reservas e estabelecer critérios para a sua criação.

Sobre as reservas estatutárias, julgue os itens abaixo:

- I O estatuto indicará, de modo preciso e completo, a sua finalidade.
- II O estatuto fixará os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição.
- III O estatuto estabelecerá o limite mínimo da reserva.

Em relação aos itens descritos, estão corretos:

- (A) apenas I e II
- (B) apenas I e III
- (C) apenas II e III
- (D) todos

62 As companhias abertas deverão elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, as demonstrações consolidadas. De acordo com a Lei nº 6.404/76, o critério estabelecido para o cumprimento dessa obrigatoriedade é:

- (A) ter mais de 30% do valor do seu capital social representado por investimentos em sociedades controladas.
- (B) ter mais de 25% do valor do seu capital social representado por investimentos em sociedades controladas.
- (C) ter mais de 25% do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas.
- (D) ter mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas.

63 Uma das demonstrações financeiras estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 é a demonstração do valor adicionado. A NBC TG 09 diz que a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e à forma como tais riquezas foram distribuídas. O detalhamento da distribuição das riquezas deve conter o(s) seguinte(s) elemento(s), EXCETO:

- (A) fornecedores
- (B) pessoal
- (C) impostos, taxas e contribuições
- (D) remuneração de capitais de terceiros

64 Uma empresa comercial que organiza sua contabilidade pelo regime de competência e calcula o seu estoque pelo critério do custo médio, apresentou algumas informações extraídas dos seus registros contábeis. A empresa incorreu em despesas operacionais de \$ 30.000,00, sendo 80% pagos dentro do período. Suas vendas líquidas alcançaram \$ 80.000,00, dos quais 60% foram recebidos dentro do período. Das compras efetuadas, apenas metade foi paga dentro do período.

Foram obtidas também as seguintes informações:

Estoque Inicial de Mercadorias para Revenda	\$ 8.000,00
Estoque Final de Mercadorias para Revenda	\$ 12.000,00
Compras Líquidas (deduzidas dos impostos recuperáveis)	\$ 46.000,00

Considerando-se os dados apresentados, o CMV e o resultado do período são, respectivamente,

- (A) \$ 19.000,00 e \$ 31.000,00.
- (B) \$ 19.000,00 e \$ 37.000,00.
- (C) \$ 42.000,00 e \$ 8.000,00.
- (D) \$ 42.000,00 e \$ 18.000,00.

65 A Norma Brasileira de Contabilidade CTG 09, que trata da Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, define Relato Integrado como “um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazos”. Determinados princípios sustentam a elaboração e a apresentação do Relato Integrado. Relacione os princípios (coluna I) com as definições apresentadas (coluna II).

I	II
(1) Foco estratégico e orientação para o futuro	() O Relato Integrado deve mostrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo.
(2) Conectividade de informações	() O Relato Integrado deve incluir contexto suficiente para compreensão da estratégia, da governança, do desempenho e das perspectivas da organização, sem que fique sobrecarregado com informações menos relevantes.
(3) Materialidade	() O Relato Integrado deve abranger todos os temas relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos.
(4) Concisão	() O Relato Integrado deve oferecer uma visão da estratégia da organização e como ela se relaciona

	com a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazos, bem como com seu uso e seus efeitos sobre os capitais.
(5) Confiabilidade e completude	() O Relato Integrado deve divulgar informações sobre temas que afetam, de forma substancial, a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazos.

De cima para baixo, a sequência correta na coluna II é:

- (A) 1, 3, 2, 5, 4.
 (B) 2, 4, 5, 1, 3.
 (C) 3, 5, 4, 2, 1.
 (D) 5, 2, 3, 4, 1.

66 Foram extraídas as seguintes informações contábeis de determinada sociedade anônima mercantil, de fatos ocorridos no mês de novembro/2023:

Salários de novembro/23 que serão pagos no 5º dia útil de dezembro/23.	\$ 36.000,00
Vendas realizadas em novembro/23 (60% recebidas no mês).	\$ 480.000,00
Pagamento dos salários de outubro/23 em 07/11.	\$ 32.000,00
Compra de mercadorias para revenda (50% à vista e o restante a ser pago em dezembro/23).	\$ 160.000,00
Imposto e contribuições incidentes sobre as vendas de novembro/23 (serão pagos em dezembro/23).	\$ 104.000,00
Recebimento de vendas realizadas em outubro/23.	\$ 180.000,00
Comissão sobre as vendas de novembro/23 que será paga no 5º dia útil de dezembro/23.	\$ 9.600,00
Recebimento de cliente que encomenda mercadoria para ser entregue em janeiro/24.	\$ 15.000,00
Pagamento das comissões das vendas realizadas em outubro/23 em 07/11.	\$ 9.000,00
Baixa do estoque de mercadorias pelas vendas realizadas em novembro/23.	\$ 250.000,00

Considerando-se as informações apresentadas e o disposto na Lei nº 6.404/76 e na NBC TG 26 (R5), que determina que as companhias devem elaborar as duas demonstrações contábeis utilizando o regime de competência,

a companhia, ao elaborar a sua demonstração do resultado do exercício, encontrará o seguinte lucro operacional:

- (A) \$ 73.000,00
 (B) \$ 80.400,00
 (C) \$ 83.400,00
 (D) \$ 85.000,00

67 Com base na Lei nº 6.404/76, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) deve

- (A) indicar o montante do dividendo por ação do capital social.
 (B) abranger todas as contas do patrimônio líquido.
 (C) discriminar o saldo inicial e final das contas do patrimônio líquido.
 (D) apresentar o saldo final das contas do patrimônio líquido.

68 Um contador recebe (conforme tabela abaixo) algumas informações constantes do Balanço Patrimonial de determinada companhia e deve reconstituir o seu Patrimônio Líquido a pedido de um investidor interessado em adquirir ações dessa empresa.

Reserva Estatutária	\$ 420.000,00
Ações em Tesouraria	\$ 620.000,00
Dividendos a Pagar	\$ 1.000.000,00
Capital Social	\$ 12.400.000,00
Contas a Pagar	\$ 600.000,00
Reserva de Lucros	\$ 1.300.000,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	\$ 60.000,00
Investimento em Controladas	\$ 2.400.000,00
Reserva Legal	\$ 140.000,00
Tributos a Recuperar	\$ 180.000,00
Capital a Integralizar	\$ 1.240.000,00

Com base no disposto na Lei nº 6.404/76, o valor total do Patrimônio Líquido é:

- (A) \$ 12.400.000,00
 (B) \$ 13.020.000,00
 (C) \$ 13.200.000,00
 (D) \$ 15.260.000,00

69 O CEO de uma companhia envia os seguintes dados para que o contador monte a demonstração do resultado do exercício da empresa para um determinado período:

Receita de Vendas	\$ 180.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	\$ 90.000,00
Comissão sobre vendas	\$ 3.600,00
Tributos incidentes sobre vendas	\$ 36.000,00
Estoque Inicial de Mercadorias	\$ 60.000,00
Despesa de Aluguel	\$ 12.000,00
Compra de Mercadorias	\$ 80.000,00
Receita Financeira	\$ 4.200,00
Despesa de Pessoal	\$ 15.000,00

Considerando-se o que rege a NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores apurados para o Lucro Bruto e para o Resultado Líquido são, respectivamente:

- (A) \$ 54.000,00 e \$ 27.600,00.
- (B) \$ 54.000,00 e \$ 52.400,00.
- (C) \$ 90.000,00 e \$ 27.600,00.
- (D) \$ 90.000,00 e \$ 52.400,00.

70 A Lei nº 6.404/76 estabelece a constituição da Reserva Legal, com a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Os critérios para a constituição da Reserva Legal são:

- (A) Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 25% do capital social.
- (B) Do lucro líquido do exercício, 10% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social.
- (C) Do lucro líquido do exercício, 10% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 25% do capital social.
- (D) Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social.

71 Observe as informações extraídas da contabilidade de determinada companhia.

Receita Líquida	\$ 450.000,00
Ativo Total	\$ 1.200.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	\$ 250.000,00
Deduções da Receita Bruta	\$ 50.000,00
Passivo Circulante	50% do Ativo Total
Depreciação Acumulada	\$ 60.000,00
Passivo Não Circulante	40% do Passivo Circulante
Ativo Circulante	\$ 650.000,00
Reserva Legal	\$ 25.000,00

Com base nas informações apresentadas acima, os valores do Lucro Bruto (LB) e do Patrimônio Líquido (PL) da companhia são, respectivamente:

- (A) \$ 150.000,00 e \$ 360.000,00.
- (B) \$ 150.000,00 e \$ 385.000,00.
- (C) \$ 200.000,00 e \$ 360.000,00.
- (D) \$ 200.000,00 e \$ 385.000,00.

72 Para o fechamento do exercício de 2022, a contabilidade de uma companhia encontrou os seguintes saldos:

Caixa e Equivalentes de Caixa	\$ 8.000,00
Fornecedores	\$ 16.000,00
Lucros Acumulados	\$ 2.000,00
Estoque	\$ 15.000,00
Empréstimos a Pagar	\$ 15.000,00
Intangível	\$ 4.000,00
Contas a Receber de Clientes	\$ 6.000,00
Depreciação Acumulada	\$ 5.000,00
Tributos a Recolher	\$ 3.500,00
Salários e Encargos a Pagar	\$ 4.500,00
Reserva Legal	\$ 1.000,00
Imobilizado	\$ 25.000,00

Considerando o disposto na NBC TG Estrutura Conceitual e na Lei nº 6.404/76, e com base nas informações acima, os valores relativos ao Capital Social (CS) e ao Passivo Total (PT) são, respectivamente:

- (A) \$ 11.000,00 e \$ 53.000,00
- (B) \$ 11.000,00 e \$ 55.000,00
- (C) \$ 13.000,00 e \$ 53.000,00
- (D) \$ 13.000,00 e \$ 55.000,00

73 A Lei nº 6.404/76 estabelece condições para a utilização de reservas de capital. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA:

- (A) As reservas de capital podem ser utilizadas para o resgate, reembolso ou compra de ações.
- (B) As reservas de capital podem ser utilizadas para incorporação ao capital social.
- (C) As reservas de capital podem ser utilizadas para o resgate de partes beneficiárias.
- (D) As reservas de capital podem ser utilizadas para o pagamento de dividendo a ações ordinárias, quando essa vantagem lhes for assegurada.

74 Determinada companhia apresentou os dados para a elaboração da sua demonstração dos fluxos de caixa (DFC) para o exercício de 2022. A diretoria solicita que seja elaborada a DFC pelo método direto.

Lucro Líquido do Exercício	\$ 8.000,00
Pagamento aos fornecedores pelas compras de mercadorias	\$ 25.000,00
Recebimento pelas vendas efetuadas	\$ 45.000,00
Pagamento de empréstimos	\$ 12.000,00
Recebimento pela venda de intangível	\$ 2.000,00
Pagamento pela aquisição de Ativo Imobilizado	\$ 8.000,00
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	\$ 36.000,00
Pagamento de salários	\$ 10.000,00
Recebimento por empréstimo contraído	\$ 30.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	\$ 30.000,00

Com base nas informações apresentadas, o valor do saldo final de caixa e equivalentes de caixa, depois de elaborado o DFC da companhia, é de:

- (A) \$ 28.000,00
- (B) \$ 36.000,00
- (C) \$ 48.000,00
- (D) \$ 58.000,00

Contabilidade Pública

75 A Lei 4.320/64 classifica as receitas em Receitas Correntes e Receitas de Capital. Podem ser classificadas como Receitas Correntes:

- (A) Tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.
- (B) Recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- (C) Tributária, patrimonial e a conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (D) Tributária, de contribuições e superávit do Orçamento Corrente.

76 As subvenções sociais são destinadas às instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

Considerando o disposto na Lei 4.320/64, analise as afirmativas abaixo.

- I Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica.
- II O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.
- III As subvenções sociais são destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.
- IV Somente serão concedidas subvenções às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização.

Estão corretas apenas:

- (A) I, II e III
- (B) I, II e IV
- (C) I, III e IV
- (D) II, III e IV

77 O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) define as características qualitativas da informação contábil como “atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil”.

As características qualitativas da informação contábil são:

- (A) Materialidade, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- (B) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- (C) Relevância, custo-benefício, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- (D) Materialidade, custo-benefício, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e equilíbrio.

78 Os Princípios Orçamentários “visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público”. Os Princípios Orçamentários “são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina”.

São Princípios Orçamentários que integram o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- (A) Uniformidade, universalidade ou totalidade, anualidade ou periodicidade, exclusividade, orçamento bruto, legalidade, transparência e não vinculação da despesa orçamentária.
- (B) Unidade, universalidade ou totalidade, anualidade ou periodicidade, não exclusividade, orçamento bruto, publicidade, transparência e não vinculação da despesa orçamentária.
- (C) Unidade, universalidade ou totalidade, anualidade ou periodicidade, exclusividade, orçamento bruto, legalidade, publicidade, transparência e não vinculação da receita de impostos.
- (D) Unidade, universalidade ou totalidade, anualidade ou periodicidade, não exclusividade, orçamento bruto, legalidade, publicidade, transparência e não vinculação da receita de impostos.

79 A classificação da receita orçamentária por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, que é o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. A classificação por Natureza de Receita Orçamentária é composta por um código de oito dígitos numéricos e tem a seguinte estrutura: “a.b.c.d.ee.f.g”.

Considerando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), relacione a primeira com a segunda coluna:

- | | | |
|-------------|-----|---------------------------------------------------------------|
| 1) a | () | Tipo |
| 2) b | () | Desdobramento para identificação de peculiaridades da receita |
| 3) c | () | Origem |
| 4) d, ee, f | () | Categoria Econômica |
| 5) g | () | Espécie |

A sequência correta (de cima para baixo) da segunda coluna é:

- (A) 1, 2, 3, 4, 5
- (B) 1, 3, 5, 4, 2
- (C) 5, 4, 2, 1, 3
- (D) 5, 4, 3, 2, 1

80 As etapas das receitas orçamentárias seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos.

Desconsiderando-se qualquer exceção ao regramento geral, a ordem sistemática das receitas orçamentárias apresentadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é:

- (A) Fixação, Lançamento, Recolhimento e Arrecadação
- (B) Previsão, Arrecadação, Recolhimento e Lançamento
- (C) Previsão, Lançamento, Arrecadação e Recolhimento
- (D) Fixação, Lançamento, Arrecadação e Recolhimento

81 A execução da despesa orçamentária se dá em estágios, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964.

A sequência correta dos estágios da execução da despesa orçamentária é:

- (A) Empenho, liquidação e pagamento.
- (B) Empenho, licitação e liquidação.
- (C) Programação, liquidação e pagamento.
- (D) Programação, empenho e liquidação.

82 O art. 58 da Lei nº 4.320/64 define que o empenho de despesa “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” e será formalizado mediante a emissão da “Nota de Empenho”. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) diz que os empenhos podem ser classificados em Ordinário, Estimativo e Global.

Relacione a classificação dos empenhos com os exemplos apresentados:

- | | | |
|---------------|-----|-----------------------------------------------------|
| 1) Ordinário | () | serviços de fornecimento de água e energia elétrica |
| 2) Estimativo | () | Compromissos decorrentes de aluguéis |
| 3) Global | () | aquisição de material permanente |
| | () | prestação de serviço de limpeza |
| | () | aquisição de combustíveis e lubrificantes |

De cima para baixo, a sequência correta da segunda coluna é:

- (A) 2, 1, 1, 2, 3
 (B) 2, 3, 1, 3, 2
 (C) 3, 1, 2, 3, 2
 (D) 3, 3, 2, 1, 1

83 O elemento de despesa orçamentária tem por finalidade identificar os objetos de gastos, tendo sua relação apresentada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Entre os elementos de despesa orçamentária, encontram-se Obras e Instalações e Outros Serviços de Terceiros – PJ.

Considerando esses dois elementos de despesas, classifique as despesas da segunda coluna de acordo com os elementos de despesa orçamentária elencados na primeira coluna.

- | | | |
|---------------------------------|-----|------------------------------------------------|
| 1) Obras e Instalações | () | reparos em instalações elétricas e hidráulicas |
| 2) Outros Serviços de Terceiros | () | instalação de elevadores |
| | () | pintura de imóveis |
| | () | início e conclusão de obras de construção |
| | () | reparos e consertos de bens imóveis |
| | () | manutenção de elevadores |

De cima para baixo a sequência correta da segunda coluna é:

- (A) 2, 1, 2, 1, 2, 2
 (B) 1, 1, 1, 2, 1, 2
 (C) 1, 2, 2, 2, 1, 1
 (D) 2, 2, 1, 1, 2, 1

84 O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) descreve as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas como transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

A variação patrimonial aumentativa realiza-se nas seguintes situações, EXCETO:

- (A) pela geração natural de novos ativos, independentemente da intervenção de terceiros.
 (B) quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
 (C) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
 (D) nas transações com contribuintes e terceiros, quando esses efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados.

85 De acordo com o estabelecido pela Lei nº 4.320/64, um dos estágios da execução da despesa orçamentária é a liquidação.

Tendo como base o disposto na referida lei, conclui-se que a liquidação da despesa

- (A) é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento.
 (B) é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
 (C) consiste na verificação do direito adquirido pelo credor.
 (D) não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

86 A Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, define limites para a despesa total com pessoal em cada período de apuração, não podendo exceder determinados percentuais da receita corrente líquida. Há um limite global que será repartido entre os poderes.

Considerando-se o disposto na citada lei, o limite global e o limite de cada poder na esfera municipal são:

- (A) Limite global 80%, Poder Executivo 72% e Poder Legislativo 8%
- (B) Limite global 60%, Poder Executivo 50% e Poder Legislativo 10%
- (C) Limite global 60%, Poder Executivo 48% e Poder Legislativo 12%
- (D) Limite global 60%, Poder Executivo 54% e Poder Legislativo 6%

87 A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a verificação do cumprimento dos limites global e por poder, para a despesa total com pessoal, é periódica.

A periodicidade correta dessa verificação é:

- (A) bimestral
- (B) trimestral
- (C) quadrimestral
- (D) semestral

88 A Lei Complementar nº 101/2000, considera despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a:

- (A) um exercício
- (B) dois mandatos
- (C) dois exercícios
- (D) cinco exercícios

89 A NBC TSP 11, que trata da apresentação das demonstrações contábeis, define que “as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados”. A Lei nº 4.320/64 determina que os resultados gerais do exercício sejam demonstrados em peças específicas para tais informações.

Abaixo têm-se algumas demonstrações obrigatórias, EXCETO:

- (A) Valor Adicionado
- (B) Balanço Orçamentário
- (C) Balanço Financeiro
- (D) Variações Patrimoniais

90 A Lei nº 4.320/64 estabelece as informações que devem ser contidas na Lei do Orçamento. Considerando o disposto na citada legislação, julgue como verdadeiras ou falsas as seguintes afirmativas.

- I A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- II A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada.
- III Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, efetuadas as suas deduções.
- IV A Lei de Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo para realizar operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- V A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo.
- VI Integrará a Lei do Orçamento o quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.

São verdadeiras as afirmativas:

- (A) I, II, III e IV
- (B) I, II, III e V
- (C) II, III, IV e VI
- (D) II, IV, V e VI

Controle de Custos

91 Sobre os custos dos estoques elencados pela NBC TG 16 (R2), analise as afirmativas abaixo.

- I Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, bem como a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.
- II O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.
- III Outros custos que não os de aquisição nem de transformação devem ser incluídos nos custos dos estoques somente na medida em que sejam incorridos para colocar os estoques no seu local e na sua condição atual.
- IV A alocação de custos fixos indiretos de fabricação para as unidades produzidas deve ser baseada na capacidade máxima de produção.

As afirmativas verdadeiras são:

- (A) I, II e III
- (B) I, II e IV
- (C) I, III e IV
- (D) II, III e IV

92 Uma empresa comercial iniciou suas atividades em outubro de 2023, trabalhando com a compra e venda de uma única mercadoria. No mês em que iniciou sua operação, a empresa efetuou as seguintes operações de compra e venda:

Compras			
Dia	Operação	Quantidade	R\$/un.
02	Compra	200	10,00
16	Compra	400	10,20
31	Compra	200	10,40

Vendas			
Dia	Operação	Quantidade	Preço Unitário (R\$)
04	Venda	150	16,00
15	Venda	50	16,00
21	Venda	200	16,00
30	Venda	200	16,00

A empresa fez a opção pelo critério do Custo Médio Ponderado para apuração do custo e valoração do seu estoque.

Considerando os dados acima e o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC 16 (R2) – Estoques, conclui-se que os valores corretos do Custo da Mercadoria Vendida e do saldo da conta Estoques são, respectivamente:

- (A) R\$ 6.000,00 e R\$ 2.000,00
- (B) R\$ 6.000,00 e R\$ 2.080,00
- (C) R\$ 6.080,00 e R\$ 2.000,00
- (D) R\$ 6.080,00 e R\$ 2.080,00

93 A NBC 16 (R2) – Estoques define estoques como sendo ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios no processo de produção para venda, ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Uma determinada empresa apresentou os seguintes dados acerca de eventos que movimentaram os seus estoques:

Estoque Inicial de Materiais Diretos	\$ 120.000,00
Estoque Final de Materiais Diretos	\$ 60.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	\$ 180.000,00
Estoque Final de Produtos em Elaboração	\$ 200.000,00
Estoque Inicial de Produtos Acabados	\$ 0,00
Compra de Materiais Diretos	\$ 400.000,00
Mão de Obra Direta consumida no período	\$ 300.000,00
Custos Indiretos de Fabricação incorridos no período	\$ 250.000,00
Custo do Produto Vendido	\$ 850.000,00

Considerando os dados apresentados, o valor do Estoque Final de Produtos Acabados e o consumo de Materiais Diretos no período são, respectivamente:

- (A) \$ 20.000,00 e \$ 380.000,00
- (B) \$ 30.000,00 e \$ 160.000,00
- (C) \$ 40.000,00 e \$ 360.000,00
- (D) \$ 60.000,00 e \$ 420.000,00

94 Uma empresa vende 101 tipos diferentes de produtos. Com relação a um produto específico, um aspirador de pó, foram obtidas as seguintes informações:

Valor estimado de venda	\$ 80.000,00
Comissão estimada sobre vendas	\$ 8.000,00
Tributos incidentes sobre vendas	\$ 16.000,00
Valor de aquisição	\$ 40.000,00
Frete e seguro pagos na compra	\$ 2.400,00
Frete estimado sobre vendas	\$ 4.800,00

Caso as estimativas se concretizem, e considerando o disposto na NBC TG 16 (R2) a respeito dos custos do estoque, o valor que deverá estar registrado na conta de Estoques e o valor do Lucro Bruto são, respectivamente:

- (A) \$ 35.200,00 e \$ 21.600,00
- (B) \$ 40.000,00 e \$ 21.600,00
- (C) \$ 40.000,00 e \$ 24.000,00
- (D) \$ 42.400,00 e \$ 21.600,00

95 A NBC TSP 34 – Custos no Setor Público estabelece que “todo objeto de custo que não corresponda a bens e serviços entregues à sociedade é considerado intermediário”.

Abaixo, têm-se alguns exemplos de objetos de custos intermediários, EXCETO:

- (A) bens e serviços consumidos internamente, oferecidos e prestados entre centros de responsabilidade ou entidades.
- (B) bens e serviços de saúde e de segurança pública.
- (C) programas elencados nos planos de governo que evidenciem o custo da atuação governamental.
- (D) projetos que representem o esforço para o alcance da missão institucional.

96 Sobre a gestão de custos abordada pela NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, assinale a opção INCORRETA:

- (A) A alta administração é responsável por prover efetivo apoio à geração da informação de custos, não havendo responsabilização dos gestores pela qualidade dos dados e pelo uso das informações nos processos decisórios.
- (B) As informações de custos devem contribuir para a governança pública, direcionando-a para a melhoria da qualidade do gasto público.

(C) O usuário deve utilizar as informações de custos como ferramenta de auxílio nos processos de planejamento, na tomada de decisão, no monitoramento, na avaliação de desempenho, na transparência, na prestação de contas e na responsabilização.

(D) A informação de custos deve ser útil para subsidiar a avaliação das políticas públicas, apresentando os resultados alcançados, consubstanciados em relatórios contendo seus indicadores de desempenho.

97 Uma empresa mercantil adquiriu diversas mercadorias durante o ano de 2022. Foram obtidas as seguintes informações sobre as operações mercantis da companhia:

Compra de mercadorias (valor das mercadorias)	\$ 5.500.000,00
Seguro contra roubo e acidentes (do fornecedor até o estoque da empresa)	\$ 400.000,00
Estoque inicial de mercadorias	\$ 2.000.000,00
Estoque final de mercadorias	\$ 1.800.000,00
Frete na aquisição das mercadorias	\$ 500.000,00
Tributos recuperáveis (inclusos no valor das mercadorias)	\$ 550.000,00
Tributos não recuperáveis (inclusos no valor das mercadorias)	\$ 450.000,00
Abatimentos obtidos pela empresa (sobre as compras efetuadas)	\$ 600.000,00

Com base nas informações obtidas pela diretoria, foi solicitado ao contador que apurasse o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) no ano de 2022.

O valor encontrado foi:

- (A) \$ 5.000.000,00
- (B) \$ 5.200.000,00
- (C) \$ 5.450.000,00
- (D) \$ 5.600.000,00

98 A NBC TSP 34 – Custos no Setor Público estabelece obrigações do sistema de custos para as entidades do setor público. Sobre essas obrigações, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Cada entidade deve identificar, acumular e relatar os custos de seus objetos em uma base regular, por meio de sistema de custos.
- (B) Os custos devem ser determinados, usando-se os mesmos métodos de custeio e as bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação.
- (C) Os resultados e a forma como foram obtidos, incluindo as principais atividades, processos e procedimentos adotados na identificação, acumulação e evidência dos custos, devem ser mapeados e documentados.
- (D) Na geração das informações de custos, exatidão e refinamentos desnecessários dos dados devem ser evitados.

99 Uma companhia adquire 100.000 unidades de uma mercadoria para revenda, pagando ao fornecedor \$ 12,00 por unidade, incluído nesse valor 10% em tributos recuperáveis. Precisou pagar frete, com seguro incluso, no valor de \$ 60.000,00. Ao programar o pagamento, a empresa obteve um abatimento de \$ 120.000,00 nessa operação.

Considerando tais informações, o custo de aquisição dessa mercadoria, por unidade, é de:

- (A) \$ 10,80
- (B) \$ 10,92
- (C) \$ 11,60
- (D) \$ 12,00

100 “O sistema de custos deve ser organizado de forma a propiciar o desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos fundamentados nas diretrizes da alta administração de cada entidade, que norteiem os aspectos conceituais e sistêmicos para o seu desenvolvimento e implantação.” Esse trecho, extraído da NBC TSP 34, fala sobre os objetivos do sistema de custos.

Com relação ao método de custeio, identifique a opção INCORRETA:

- (A) Os custos dos recursos, direta ou indiretamente utilizados ou consumidos, são identificados, atribuídos e acumulados, conforme definido no modelo de gerenciamento de custos, que deve ser aplicado de forma consistente.
- (B) A citada norma obriga as entidades, com maior grau de maturidade de modelos de gerenciamento de custos, a avaliarem o custo-benefício da utilização do ABC para operacionalizar o rastreamento dos custos indiretos até as entregas.
- (C) A administração da entidade ou de suas unidades está na melhor posição para selecionar o método de custeio que melhor se ajusta às suas necessidades.
- (D) Uma vez adotado, o método de custeio deve ser consistentemente utilizado para fins de comparabilidade intertemporal.

Espaço reservado para rascunho

Espaço reservado para rascunho

Espaço reservado para rascunho

Espaço reservado para rascunho